

Bric Brazilian Intermodal Complex S.A.

CNPJ/MF Nº 73.298.424/0001-58

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Srs. Acionistas:
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, publicamos as Demonstrações Financeiras, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

1. Desempenho Operacional e Financeiro:

Durante o exercício de 2011, implementamos um plano de reorganização em nossas operações portuárias com o objetivo de obter um aumento de nossa capacidade de movimentação de cargas. Em decorrência dessa ação, nossa capacidade para a prestação de serviços portuários foi aumentada com consequente reflexo no resultado do exercício de 2012.

Com efeito, a sociedade apurou resultado positivo em 2012 de R\$ 673 mil, após

considerados os montantes da participação dos funcionários nos resultados (R\$ 190 mil), na forma estabelecida em acordo firmado com a empresa, e das provisões para contingências constituídas no exercício.

2. Agradecimentos:

Agradecemos ao apoio de nossos clientes, fornecedores e acionistas, bem como expressamos nosso reconhecimento a todos os funcionários e colaboradores da companhia, dedicados e comprometidos com os objetivos traçados. Rio de Janeiro, 31/12/2012.

Maurício Bernardo C. Leibovitz - Diretor Presidente
Luiz Sérgio Soares Penna Forte - Diretor
Jauneval de Oms - Diretor

BALANÇOS PATRIMONIAIS (Em milhares de Reais)				
Ativo	Nota	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
		(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4	992.199	118.567	828.215
Contas a receber de clientes	5	2.538.579	2.632.910	128.367
Impostos e contribuições a recuperar	6	406.949	2.047.411	1.425.716
Despesas antecipadas		14.058	15.059	-
Aluguéis a receber		481.127	193.402	-
Outras contas a receber		104.639	99.656	99.178
Adiantamento a fornecedores		79.541	49.903	-
		4.617.092	5.156.908	2.481.476
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Partes relacionadas	7	-	15.296.782	29.036.603
Depósitos judiciais		195.259	97.478	70.786
Imobilizado	8	29.583.934	7.249.039	7.463.574
Intangível	9	170.434	259.387	364.149
		29.949.627	22.902.686	36.935.112
Total do Ativo		34.566.719	28.059.594	39.416.588

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS (Em milhares de Reais)				
Passivo	Nota	31/12/2012	31/12/2011	01/01/2011
		(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Circulante				
Empréstimos e financiamentos	10	659.186	7.397.540	7.359.162
Fornecedores	12	8.213.814	1.237.970	1.142.682
Adiantamentos de clientes	11	6.114.287	7.547.500	-
Impostos e contribuições a recolher	13	3.260.603	3.255.243	3.453.020
Imposto de renda e contribuição social	14	3.101.848	3.200.904	3.117.985
Salários e encargos sociais		677.103	673.677	676.872
Dividendos a pagar		165.000	-	1.487.672
Outras contas a pagar	15	957.608	488.655	1.231.298
		23.149.449	23.801.489	18.468.691
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	10	39.877	173.230	4.413.142
Provisão para Contingências	16	2.295.905	1.295.906	614.744
Salários e encargos sociais		-	-	293.019
Impostos e contribuições a recolher	13	423.201	576.734	311.600
Partes relacionadas	7	6.234.603	90.096	-
Outras contas a pagar		-	206.664	586.048
		8.993.586	2.342.630	6.218.553
Patrimônio líquido	17			
Capital social		1.000.000	1.000.000	12.783.913
Reserva legal		200.000	200.000	298.331
Outras reservas		1.223.684	715.475	1.647.100
Total do patrimônio líquido		2.423.684	1.915.475	14.729.344
Total do Passivo e do patrimônio líquido		34.566.719	28.059.594	39.416.588

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de Reais)				
	Capital social	Legal	Outras	Total do patrimônio líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2011 (apresentado)	12.783.913	298.331	4.165.482	17.247.726
Ajuste retrospectivo	-	-	(2.518.382)	(2.518.382)
Saldo em 01 de janeiro de 2011 (reapresentado)	12.783.913	298.331	1.647.100	14.729.344
Ajustes em reservas	-	-	444.371	444.371
Capitalização da reserva	797	(797)	-	-
Redução de capital	(11.784.710)	-	-	(11.784.710)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(1.473.530)
Absorção do prejuízo	-	-	(1.473.530)	1.473.530
Reversão da reserva Legal	-	(97.534)	97.534	-
Saldo em 31 de dezembro de 2011 (reapresentado)	1.000.000	200.000	715.475	1.915.475
Lucro líquido do exercício	-	-	-	673.209
Destinações:	-	-	-	673.209
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(165.000)
Reserva de lucros	-	-	508.209	(508.209)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	1.000.000	200.000	1.223.684	2.423.684

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional
A Bric Brazilian Intermodal Complex S.A. ("Companhia" ou "Briclog") tem como atividade preponderante a gestão do terminal portuário de uso privativo de sua controladora, a Companhia Brasileira de Diques ("CBD"), cujas atividades compreendem, entre outras, o carregamento e descarregamento de navios, o gerenciamento de resíduos, o manuseio e transporte de materiais e contêineres e demais atividades correlatas a de operadora portuária, dentro do porto organizado nos termos da Lei nº 8.630/93.

A Companhia foi constituída em 20 de agosto de 1993, com a denominação de Multiportos Operadora Portuária Ltda.. Em 28 de abril de 2006, transformou-se em Sociedade Anônima de capital fechado. Em 14 de agosto de 2006, teve alterada a sua denominação social para Poliporto Terminais S.A. e, em 20 de dezembro de 2007 para Bric Brazilian Intermodal Complex S.A.

A Companhia mantém com a sua controladora, contrato de arrendamento mercantil operacional por meio do qual aluga a área na qual desenvolve as suas operações.

A Companhia, em 31 de dezembro de 2012, apresenta excesso de passivo circulante sobre ativo circulante no valor de R\$ 18.532.357 (R\$ 18.644.581 em 2011). Adicionalmente, suas operações vêm sendo financiada pela controladora objetivando fornecer os recursos financeiros necessários para a execução das obras de melhoria na infra-estrutura portuária, o que possibilitará no aumento da capacidade de prestação de serviços a seus clientes.

Dessa forma, até que os investimentos portuários acima mencionados estejam concluídos e suas operações sejam suficientemente lucrativas, a Companhia continuará a necessitar de suporte financeiro para liquidação de suas obrigações, e dessa forma, a sua continuidade operacional depende da manutenção dos aportes financeiros de sua controladora.

Adicionalmente, a companhia concentra suas operações basicamente junto ao cliente OGX Petróleo e Gás Ltda. ("OGX"), responsável por aproximadamente 98% da sua receita de prestação de serviço. Dessa forma, o atual risco de crédito está substancialmente ligado àquela companhia.

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade de normal das operações da Companhia e não incluem quaisquer ajustes.

1.1 Combinação de negócios - venda da participação

Em 02 de junho de 2011, a CBD, controladora da Companhia, firmou contrato de venda da totalidade das suas ações representativas do capital social da Companhia para a Brasco Logística Offshore Ltda. ("Brasco"), subsidiária da Wilson, Sons Limited que atua no segmento de apoio logístico integrado para a indústria de petróleo e gás no Brasil, pelo preço de R\$ 116,5 milhões. A conclusão da aquisição está sujeita a determinadas condições precedentes, tais como:

(i) Transferência do direito de arrendamento, por 30 anos, de área total de 59.436 m² referentes ao contrato de aluguel mantido pela Companhia com a CBD (nota 7.b); e;

(ii) Cessão de determinados contratos de locação para a Companhia. Pela aquisição foram pagos R\$ 10 milhões imediatamente após a assinatura do contrato, R\$ 53,25 milhões serão pagos após o cumprimento de todas as condições precedentes, e os restantes R\$ 53,25 milhões em 360 (trezentos e sessenta) dias após a assinatura do contrato que efetiva a venda, sendo os dois últimos pagamentos corrigidos pelo IPCA.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as respectivas normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade que os aprovaram. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 19 de Junho de 2013.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto as aplicações financeiras apresentadas a valor justo por meio do resultado.

c. Moeda funcional e de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas emitidas pelo CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir das estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre estimativas e premissas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material nas demonstrações financeiras do próximo exercício financeiro, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota 08 - Imobilizado;

Nota 16 - Provisão para contingências

e. Retificação de erros

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 estão sendo retificadas em conformidade com o IAS 8/CPC 23 - Políticas contábeis, mudanças de estimativas e retificação de erros, para refletir a regularização dos saldos de imposto de renda, outros tributos a pagar e os respectivos encargos financeiros. Apresentamos abaixo as informações reapresentadas em 31 de dezembro de 2011 e respectivos saldos iniciais em 1 de janeiro de 2011:

	31/12/2011 Publicado (Não Auditado)	Ajuste	31/12/2011 Reapresentado (Não Auditado)
Balanco Patrimonial			
Passivo			
Circulante			
Imposto de renda e contribuição social	2.049.875	1.151.029	3.200.904
Outros impostos e contribuições	1.068.911	2.186.332	3.255.243
Total do passivo circulante	20.464.128	3.337.361	23.801.489
Patrimônio Líquido			
Capital social	1.000.000	-	1.000.000
Reserva legal	200.000	-	200.000
Reserva de retenção de lucros	4.707.387	(2.518.382)	2.189.005
Resultado do exercício	(654.551)	(818.979)	(1.473.530)
Total do patrimônio líquido	5.252.836	(3.337.361)	1.915.475
Despesas operacionais			
Impostos taxas e contribuições	(495.281)	(574.277)	(1.069.558)
Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos	3.065.621	(574.277)	2.491.344
Despesas financeiras	(4.022.822)	(244.702)	(4.267.524)
Prejuízo antes dos impostos	(511.685)	(818.979)	(1.330.664)
Prejuízo do exercício	(654.551)	(818.979)	(1.473.530)

Balanco Patrimonial	01/01/2011 Publicado (Não Auditado)	Ajuste	01/01/2011 Reapresentado (Não Auditado)
Passivo			
Circulante			
Imposto de renda e contribuição social	2.062.036	1.055.949	3.117.985
Outros impostos e contribuições	1.990.587	1.462.433	3.453.020
Total do passivo circulante	15.950.309	2.518.382	18.468.691
Patrimônio Líquido			
Reserva de retenção de lucros	4.165.482	(2.518.382)	1.647.100
Total do patrimônio líquido	17.247.726	(2.518.382)	14.729.344
Demonstração do Fluxo de Caixa			
	31/12/2011 Publicado (Não Auditado)	Ajuste	31/12/2011 Reapresentado (Não Auditado)
Prejuízo do exercício	(654.551)	(818.979)	(1.473.530)
Varição nos ativos e passivos			
Impostos e contribuições a recolher	(668.703)	818.979	150.276
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	2.912.728	818.979	3.731.707
Aumento/(redução) do caixa e equivalentes de caixa	(1.528.627)	818.979	(709.648)

3 Sumário das principais práticas contábeis

As políticas contábeis, descritas em detalhes abaixo, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas mesmas demonstrações financeiras.

a. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita de prestação de serviços somente é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao serviço são transferidos para o cliente e há uma certeza quanto a sua efetiva realização.

b. Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos:

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros créditos.

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseada em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégias de investimentos documentadas pela Companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Caso a Companhia tenha a intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Eventual venda ou reclassificação de um valor maior que irrisório de investimentos mantidos até o vencimento que não estejam próximos de seu vencimento poderia resultar na reclassificação de todos os investimentos mantidos até o vencimento como disponíveis para venda e impedir a Companhia de classificar títulos de investimentos como os mantidos até o vencimento para o exercício corrente e os próximos dois exercícios financeiros.

ii. Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais liquidadas, retiradas ou canceladas.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

iii. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não firmou contratos de instrumentos derivativos durante o exer-

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2012	31/12/2011
		(Reapresentado)	(Reapresentado)
Receita líquida	18	42.517.765,00	37.438.802,00
Custos dos serviços prestados	19	(30.610.941,00)	(27.848.362,00)
Lucro bruto		11.906.824,00	9.590.440,00
Receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	19	(5.744.629,00)	(6.332.061,00)
Provisões para contingências		(1.000.000,00)	(681.160,00)
Impostos, taxas e contribuições		(360.891,00)	(1.069.558,00)
Outras despesas operacionais		(277.648,00)	-
Outras receitas operacionais		45.283,00	983.683,00
Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos		4.568.939,00	2.491.344,00
Receitas financeiras	20	326.227,00	445.516,00
Despesas financeiras	20	(3.381.545,00)	(4.267.524,00)
Resultado financeiro líquido		(3.055.318,00)	(3.822.008,00)
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos		1.513.621,00	(1.330.664,00)
Imposto de renda e contribuição social			

Bric Brazilian Intermodal Complex S.A.

CNPJ/MF Nº 73.298.424/0001-58

As despesas financeiras abrangem, principalmente, as despesas com juros, impostos e taxas sobre empréstimos e parcelamentos de impostos, apropriados diretamente nos resultados uma vez que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável

m. Impostos de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

n. Redução ao valor recuperável (impairment)

Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não aceitaria em outras transações ou indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título.

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado (para recebíveis e ativos financeiros mantidos até o vencimento) tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto a perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas de probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável em relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra empréstimos e recebíveis ou ativos mantidos até o vencimento. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida através do resultado.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são analisados a cada período de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

A Administração não identificou qualquer indicação que evidenciasse perda de valor recuperável dos ativos não financeiros em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

o. Novos pronunciamentos, alterações e interpretações das IFRS ainda não adotados

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2013, e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo, contudo, não são esperados efeitos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

o.1 IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros) (2010), IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros) (2009)

O IFRS 9 (2009) introduz um novo requerimento para classificação e mensuração de ativos financeiros. Sob IFRS 9 (2009) ativos financeiros são classificados e mensurados baseado no modelo de negócio no qual eles são mantidos e as características de seus fluxos de caixa contratuais. IFRS 9 (2010) introduz adi-

ções em relação aos passivos financeiros. O IASB atualmente tem um projeto ativo para realizar alterações limitadas aos requerimentos de classificação e mensuração do IFRS 9 e adicionar novos requerimentos para endereçar a perda por redução ao valor recuperado de ativos financeiros e contabilidade de hedge.

O IFRS 9 (2010 e 2009) é efetivo para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015. A adoção do IFRS 9 (2010) não deve causar impacto relevantes nos ativos e passivos financeiros da Companhia.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes, correspondentes a esta norma.

o.2 IFRS 13 Fair Value Measurement (Mensuração do Valor Justo) (CPC 46 - Mensuração do Valor Justo)

O IFRS 13 / CPC 46 contém uma única fonte de orientação sobre como o valor justo é mensurado, e substitui a orientação de mensuração de valor justo que atualmente está dispersa em outras IFRSs. Sujeito a exceções limitadas, o IFRS 13 / CPC 46 se aplica quando a mensuração ou divulgações de valor justo são requeridas ou permitidas por outras IFRSs. O IFRS 13 / CPC 46 é efetivo para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.

4 Caixa e equivalentes de caixa

A fim de remunerar sua disponibilidade, a Companhia busca alocar seus recursos em produtos bancários de aplicação financeira em renda fixa ou em fundos referenciados no DI (depósito interfinanceiro), notadamente de baixo risco e com liquidez diária, podendo ser negociados por prazos determinados em contrapartida ao aumento significativo de sua rentabilidade.

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essa razão, foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa.

5 Contas a receber de clientes

A Companhia reconhece o valor dos serviços apontados como prestados com base em medição efetuada ao final de cada mês como receita, através da rubrica serviços prestados a faturar, que é valorizada pelos correspondentes valores unitários estabelecidos em contrato.

As faturas emitidas têm vencimento em 30 dias, não existindo valores vencidos em aberto com prazos superiores a esse, motivo pelo qual a administração da Companhia, após ter realizado uma avaliação dos seus recebíveis, concluiu pela não necessidade de constituição de provisão para possíveis perdas na realização desses ativos.

6 Impostos e contribuições a recuperar

No caso do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, os saldos representam pagamentos excedentes e antecipados realizados pela companhia, em relação aos valores de impostos devidos. Tais valores são compensados com os passivos fiscais com observância do direito legal conferido pela legislação fiscal.

Os saldos dos demais impostos a recuperar representam ativos fiscais decorrentes de retenções na fonte realizadas pelos tomadores dos serviços.

7 Partes relacionadas

Ativo

Companhia Brasileira de Diques 15.296,78

Passivo

Companhia Brasileira de Diques 6.234.603

Custos

Companhia Brasileira de Diques 8.558.784 8.558.784

A Companhia mantém as seguintes operações com sua controladora:

a. Créditos (ativos) e débitos (passivos) com a controladora

Referem-se a movimentos financeiros entre a sociedade e a sua controladora, decorrentes da gestão de fluxo de caixa, sem data de vencimento e sem a incidência de encargos nas transações.

b. Aluguel de terreno

Em 01 de janeiro de 2012, a Companhia firmou contrato de locação com sua controladora a Companhia Brasileira de Diques S.A de área equivalente a 59.436 m² e respectivas benfeitorias do imóvel, pelo prazo de 302 meses, ao valor de R\$ 713.232 mensais, reajustado a cada período de 12 meses de acordo com a variação do IGP-M.

O contrato, cujo prazo de aluguel é determinado e inferior a vida útil do terreno, não prevê a transferência de propriedade do bem, nem tampouco dá ao arrendatário a opção de compra do bem ao final do prazo de arrendamento, motivos pelos quais o arrendamento não foi considerado como financeiro.

c. Remuneração de pessoal-chave da Administração

A remuneração de pessoal-chave da Administração compreende benefícios de curto prazo a empregados e administradores no montante de R\$ 497.132 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 485.674 em 2011).

8 Imobilizado

Os investimentos apresentados na linha imobilizado em construção correspondem a gastos com reforma do cais que serão incorporados às benfeitorias em imóveis de terceiros, quando da entrada do ativo em operação.

A administração não identificou mudanças de circunstâncias ou sinais de obsolescência tecnológica, bem como evidências de seus ativos corpóreos utilizados em suas operações não serão recuperáveis perante seu desempenho operacional e financeiro e concluiu que, em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, não existia a necessidade de registrar qualquer provisão para perda sobre seu ativo imobilizado.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 não foi aplicável a capitalização de juros no ativo imobilizado em construção, nos termos do CPC 27 - Ativo Imobilizado.

As benfeitorias em propriedades de terceiros são amortizadas pelo prazo contratual de comodato.

9 Intangível

Software e programas de computador 20% Marcas e patentes - Total -

Taxas Anuais de Amortização Em 31 de dezembro de 2010 Custo 523.813 65.945 589.758 Amortização Acumulada (225.609) - (225.609) Valor Contábil Líquido 298.204 65.945 364.149 Amortização (104.762) - - Em 31 de dezembro de 2011 Custo 523.813 65.945 589.758 Amortização Acumulada 330.371 - 330.371 Valor Contábil Líquido 193.442 65.945 259.387 Amortização 88.953 - - Em 31 de dezembro de 2012 Custo 523.813 65.945 589.758 Amortização Acumulada 419.324 - 419.324 Valor Contábil Líquido 104.489 65.945 170.434

10 Empréstimos e financiamentos

Financiamentos de ativo imobilizado (1) Conta garantida (2) Capital de giro (3) Software e programas de computador 20% Marcas e patentes - Total -

(-) Circulante Não circulante 659.186 7.397.540 39.877 173.230

Os investimentos de ativos imobilizados referem-se a arrendamentos mercantis de veículo, adquirido em maio de 2012 com contraprestações vencíveis ate maio de 2015. Nessa operação incide encargos financeiros de 1,35% a.m. e o próprio bem é dado como garantia.

O passivo reconhecido como conta garantida é referente a crédito rotativo, sujeito a encargos de 2,99% a.m.

Os empréstimos de capital de giro foram contratados a uma taxa média de 0,70% a.m. e 100% da variação do CDI, com vencimento mensal até janeiro de 2013, tendo sido liquidado antecipadamente. Para esse contrato de empréstimo foi dada como garantia os recebíveis da Companhia.

11 Adiantamento de clientes

O saldo apresentado, no montante de R\$ 6.114.287 (R\$ 7.547.500 em 2011) refere-se aos adiantamentos realizados pela OGX Petróleo e Gás Ltda. ("OGX") em função do termo de adiantamento firmado entre a companhia e a OGX em 27 de julho de 2009, no qual a OGX adiantou o montante de R\$ 2.000.000 a título de contraprestação para o cumprimento do contrato de prestação de serviços de apoio portuário e fornecimento de área para instalação de planta de fluidos, mantido entre a Companhia e a OGX.

Posteriormente, em 11 de abril de 2011, atendendo a um pedido da Companhia, a OGX fez novo adiantamento no montante de R\$ 6.700.000, os quais deveriam ser restituídos em até 7 (sete) meses posteriores a assinatura do contrato,

ações em relação aos passivos financeiros. O IASB atualmente tem um projeto ativo para realizar alterações limitadas aos requerimentos de classificação e mensuração do IFRS 9 e adicionar novos requerimentos para endereçar a perda por redução ao valor recuperado de ativos financeiros e contabilidade de hedge.

O IFRS 9 (2010 e 2009) é efetivo para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015. A adoção do IFRS 9 (2010) não deve causar impacto relevantes nos ativos e passivos financeiros da Companhia.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes, correspondentes a esta norma.

o.2 IFRS 13 Fair Value Measurement (Mensuração do Valor Justo) (CPC 46 - Mensuração do Valor Justo)

O IFRS 13 / CPC 46 contém uma única fonte de orientação sobre como o valor justo é mensurado, e substitui a orientação de mensuração de valor justo que atualmente está dispersa em outras IFRSs. Sujeito a exceções limitadas, o IFRS 13 / CPC 46 se aplica quando a mensuração ou divulgações de valor justo são requeridas ou permitidas por outras IFRSs. O IFRS 13 / CPC 46 é efetivo para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.

4 Caixa e equivalentes de caixa

A fim de remunerar sua disponibilidade, a Companhia busca alocar seus recursos em produtos bancários de aplicação financeira em renda fixa ou em fundos referenciados no DI (depósito interfinanceiro), notadamente de baixo risco e com liquidez diária, podendo ser negociados por prazos determinados em contrapartida ao aumento significativo de sua rentabilidade.

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essa razão, foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa.

5 Contas a receber de clientes

A Companhia reconhece o valor dos serviços apontados como prestados com base em medição efetuada ao final de cada mês como receita, através da rubrica serviços prestados a faturar, que é valorizada pelos correspondentes valores unitários estabelecidos em contrato.

As faturas emitidas têm vencimento em 30 dias, não existindo valores vencidos em aberto com prazos superiores a esse, motivo pelo qual a administração da Companhia, após ter realizado uma avaliação dos seus recebíveis, concluiu pela não necessidade de constituição de provisão para possíveis perdas na realização desses ativos.

6 Impostos e contribuições a recuperar

No caso do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, os saldos representam pagamentos excedentes e antecipados realizados pela companhia, em relação aos valores de impostos devidos. Tais valores são compensados com os passivos fiscais com observância do direito legal conferido pela legislação fiscal.

Os saldos dos demais impostos a recuperar representam ativos fiscais decorrentes de retenções na fonte realizadas pelos tomadores dos serviços.

7 Partes relacionadas

Ativo

Companhia Brasileira de Diques 15.296,78

Passivo

Companhia Brasileira de Diques 6.234.603

Custos

Companhia Brasileira de Diques 8.558.784 8.558.784

A Companhia mantém as seguintes operações com sua controladora:

a. Créditos (ativos) e débitos (passivos) com a controladora

Referem-se a movimentos financeiros entre a sociedade e a sua controladora, decorrentes da gestão de fluxo de caixa, sem data de vencimento e sem a incidência de encargos nas transações.

b. Aluguel de terreno

Em 01 de janeiro de 2012, a Companhia firmou contrato de locação com sua controladora a Companhia Brasileira de Diques S.A de área equivalente a 59.436 m² e respectivas benfeitorias do imóvel, pelo prazo de 302 meses, ao valor de R\$ 713.232 mensais, reajustado a cada período de 12 meses de acordo com a variação do IGP-M.

O contrato, cujo prazo de aluguel é determinado e inferior a vida útil do terreno, não prevê a transferência de propriedade do bem, nem tampouco dá ao arrendatário a opção de compra do bem ao final do prazo de arrendamento, motivos pelos quais o arrendamento não foi considerado como financeiro.

c. Remuneração de pessoal-chave da Administração

A remuneração de pessoal-chave da Administração compreende benefícios de curto prazo a empregados e administradores no montante de R\$ 497.132 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 485.674 em 2011).

ações em relação aos passivos financeiros. O IASB atualmente tem um projeto ativo para realizar alterações limitadas aos requerimentos de classificação e mensuração do IFRS 9 e adicionar novos requerimentos para endereçar a perda por redução ao valor recuperado de ativos financeiros e contabilidade de hedge.

O IFRS 9 (2010 e 2009) é efetivo para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015. A adoção do IFRS 9 (2010) não deve causar impacto relevantes nos ativos e passivos financeiros da Companhia.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes, correspondentes a esta norma.

o.2 IFRS 13 Fair Value Measurement (Mensuração do Valor Justo) (CPC 46 - Mensuração do Valor Justo)

O IFRS 13 / CPC 46 contém uma única fonte de orientação sobre como o valor justo é mensurado, e substitui a orientação de mensuração de valor justo que atualmente está dispersa em outras IFRSs. Sujeito a exceções limitadas, o IFRS 13 / CPC 46 se aplica quando a mensuração ou divulgações de valor justo são requeridas ou permitidas por outras IFRSs. O IFRS 13 / CPC 46 é efetivo para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.

4 Caixa e equivalentes de caixa

A fim de remunerar sua disponibilidade, a Companhia busca alocar seus recursos em produtos bancários de aplicação financeira em renda fixa ou em fundos referenciados no DI (depósito interfinanceiro), notadamente de baixo risco e com liquidez diária, podendo ser negociados por prazos determinados em contrapartida ao aumento significativo de sua rentabilidade.

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essa razão, foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa.

5 Contas a receber de clientes

A Companhia reconhece o valor dos serviços apontados como prestados com base em medição efetuada ao final de cada mês como receita, através da rubrica serviços prestados a faturar, que é valorizada pelos correspondentes valores unitários estabelecidos em contrato.

As faturas emitidas têm vencimento em 30 dias, não existindo valores vencidos em aberto com prazos superiores a esse, motivo pelo qual a administração da Companhia, após ter realizado uma avaliação dos seus recebíveis, concluiu pela não necessidade de constituição de provisão para possíveis perdas na realização desses ativos.

6 Impostos e contribuições a recuperar

No caso do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, os saldos representam pagamentos excedentes e antecipados realizados pela companhia, em relação aos valores de impostos devidos. Tais valores são compensados com os passivos fiscais com observância do direito legal conferido pela legislação fiscal.

Os saldos dos demais impostos a recuperar representam ativos fiscais decorrentes de retenções na fonte realizadas pelos tomadores dos serviços.

7 Partes relacionadas

Ativo

Companhia Brasileira de Diques 15.296,78

Passivo

Companhia Brasileira de Diques 6.234.603

Custos

Companhia Brasileira de Diques 8.558.784 8.558.784

A Companhia mantém as seguintes operações com sua controladora:

a. Créditos (ativos) e débitos (passivos) com a controladora

Referem-se a movimentos financeiros entre a sociedade e a sua controladora, decorrentes da gestão de fluxo de caixa, sem data de vencimento e sem a incidência de encargos nas transações.

b. Aluguel de terreno

Em 01 de janeiro de 2012, a Companhia firmou contrato de locação com sua controladora a Companhia Brasileira de Diques S.A de área equivalente a 59.436 m² e respectivas benfeitorias do imóvel, pelo prazo de 302 meses, ao valor de R\$ 713.232 mensais, reajustado a cada período de 12 meses de acordo com a variação do IGP-M.

O contrato, cujo prazo de aluguel é determinado e inferior a vida útil do terreno, não prevê a transferência de propriedade do bem, nem tampouco dá ao arrendatário a opção de compra do bem ao final do prazo de arrendamento, motivos pelos quais o arrendamento não foi considerado como financeiro.

c. Remuneração de pessoal-chave da Administração

A remuneração de pessoal-chave da Administração compreende benefícios de curto prazo a empregados e administradores no montante de R\$ 497.132 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 485.674 em 2011).

Lucro antes do IR e CSLL 1.513.621 (511.685) Alíquotas nominais 34% 34% Adições 1.476.593 704.161 Compensação de prejuízos fiscais (980.395) (57.743) Lucro Real e Base CSLL 2.009.818 134.733 IR/CSLL do exercício 759.779 45.809 IR/CSLL complementar 80.633 97.057 IR e CSLL no resultado exercício 840.412 142.866

b. Prejuízos fiscais acumulados

A Companhia não reconhece ativo fiscal diferido sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias em virtude de não possuir formalizado o plano de negócios demonstrando que é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que a Sociedade possa utilizar os benefícios destes. Abaixo apresentamos os saldos de prejuízos fiscais acumulados:

Diferenças temporárias 2.295.905 1.295.905 Prejuízos acumulados 58.598.194 59.585.108 60.894.099 60.881.013

15 Outras contas a pagar

Parcelamento - CEDAE 220.215 2011 619.992 Despesas de consumo 737.393 75.327 957.608 695.319

(-) Circulante Não circulante - 206.664

Em 14 de maio de 2009, a sociedade firmou acordo com a CEDAE - Companhia Estadual de Águas e Esgotos, por meio do instrumento particular de transação geral de direitos, com o objetivo de comprar débitos líquidos verificados no pagamento de fornecimento de água. O montante apurado foi de R\$ 1.500.000, negociado para pagamento em 48 parcelas, atualizadas anualmente com base nos índices e critérios utilizados pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

16 Provisão para Contingências

A Companhia é parte em processos que se originam do curso normal dos negócios e com base na opinião de seus assessores jurídicos, constitui provisão para contingência em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso. A Companhia constitui provisão para as causas com risco provável de perda conforme segue:

Trabalhistas 1.140.790 1.140.790 Cíveis - - Fiscais 1.000.000 - Outros 155.115 155.115 2.295.905 1.295.905

Existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco de perda possível no montante de R\$ 844.000 (R\$ 844.000 em 31 de dezembro de 2011), para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

17 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social, subscrito e totalmente integralizado, é representado por 40.191.050 ações, sendo 26.013.420 ações ordinárias e 14.177.630 ações preferenciais, sendo todas as ações subscritas pela Companhia Brasileira de Diques S.A.

Conforme apresentado na nota explicativa 1.1, em 02 de junho de 2011, a CBD, controladora da Companhia, firmou contrato de venda da totalidade das suas ações representativas do capital.

Existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco de perda possível no montante de R\$ 844.000 (R\$ 844.000 em 31 de dezembro de 2011), para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

b. Reserva legal

É constituída pela destinação de 5% do lucro líquido do exercício, observado o limite de 20% do capital social realizado ou 30% do capital social acrescido das reservas de capital. Em função da redução do capital social ocorrida durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a reserva legal excedeu aos limites legalmente permitidos, sendo o excesso revertido para a reserva de lucros.

c. Dividendos e juros

Bric Brazilian Intermodal Complex S.A.

CNPJ/MF Nº 73.298.424/0001-58

destes em cumprir com suas obrigações contratuais, basicamente proveniente dos contas a receber de clientes da Companhia e dos outros instrumentos financeiros, conforme apresentado abaixo.

A Companhia concentra suas operações basicamente junto ao cliente OGX, responsável por aproximadamente 98% da sua receita de serviços. Dessa forma, o atual risco de crédito está substancialmente ligado àquela companhia.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito.

Contas a receber de clientes e outros recebíveis

A exposição da Companhia a risco de crédito é influenciada principalmente, pelas características individuais dos clientes. Contudo, a Administração considera o sistema de gestão dos clientes em sua avaliação, incluindo o risco de não pagamento do setor no qual opera, uma vez que esses fatores podem ter impacto no risco de crédito. Considerando que 100% dos recebíveis da Companhia estão concentrados em 2 clientes, sendo ambos os instrumentos financeiros contratuais, e que não apresentam histórico de perdas, que são em sua totalidade de curto prazo, a Administração da Companhia considera o risco gerenciável e não relevante.

Derivativos

A Companhia não opera ou operou com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco da Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que

sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Conforme comentado na nota explicativa nº 1, a Companhia, em 31 de dezembro de 2012, apresenta excesso de passivo circulante sobre ativo circulante no valor de R\$ 18.532.357 (R\$ 18.644.581 em 2011). Suas operações vêm sendo financiadas pela controladora objetivando fornecer os recursos financeiros necessários para a execução das obras de melhoria na infra-estrutura portuária, o que possibilitará no aumento da capacidade de prestação de serviços a seus clientes.

A Companhia monitora também o nível esperado de entradas por fluxos de caixa sobre contas a receber de clientes e outros recebíveis junto com as saídas esperadas por contas a pagar com fornecedores e outras contas a pagar.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo aperfeiçoar o retorno.

A Administração da Companhia monitora ativamente as oscilações de mercado, mas não opera com instrumentos financeiros derivativos como forma de proteção contra riscos de mercado.

Risco de taxa de juros

A Companhia sofre ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar as instituições financeiras que realiza captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

22 Avais, fianças e garantias

A Companhia é avalista em cédula de crédito bancário firmado entre a CBD e o Banco Panamericano em 27 de novembro de 2012, no montante de R\$ 7.000.000, com encargos remuneratórios equivalentes a 100% da taxa DI, acrescida de spread de 0,70% a.m. O empréstimo tem vencimento previsto em 9 parcelas mensais e consecutivas, sendo o primeiro vencimento em 27 de março de 2013.

23 Seguros (Não Auditado)

A Companhia adota a política de somente manter cobertura de seguros de responsabilidade civil sobre a armazenagem de produtos de terceiros e riscos de empregador, na forma determinada pela sua Administração. A atual cobertura por sinistros dessa natureza, no montante de R\$ 3.000.000, é considerada suficiente.

24 Eventos subsequentes

Como parte das condições precedentes previstas no contrato de compra e venda, a Briclog obteve em 26 de abril de 2013, licença ambiental de instalação junto ao Instituto Estadual do Ambiente - INEA, mediante ao cumprimento de condições específicas, dentre elas, cumprir o Termo de Compromisso de Compensação Ambiental nº 003/2013, relativo ao dispêndio de R\$ 450.000 em medidas ambientais compensatórias, em atendimento ao disposto no artigo 36 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.

Essa licença permite que a companhia efetue obras de regularização de cais, visando atingir a cota batimétrica de 7 metros.

Maurício Bernardo Cerdeira Leibovitz

Diretor Presidente

José Luiz de Franco

Contador - CRC RJ 036918/O-4 T SP